

# Empresários aplaudem as decisões

Os empresários de um modo geral — embora com exceções como a de Vidal, da Fiesp — manifestaram apoio ao pacote econômico. O comércio, particularmente, está satisfeito, porque a isenção do imposto de renda para quem ganha até cinco salários mínimos e a redução da alíquota para os assalariados na faixa de 10 mínimos trarão estímulos às vendas.

Eis a opinião dos principais dirigentes do comércio e da indústria:

**Lázaro Mello Brandão** — presidente executivo do Grupo Bradesco:

“Apoio as medidas do Governo. A essência delas mostra que o trabalho do Governo está bem definido e bem encaminhado. As mudanças no recolhimento do Imposto de Renda atendem ao fluxo de dinheiro do Governo, tirando dos descontos o caráter de financiamento. A única preocupação é com a dívida interna, que ainda provocará dores de cabeça, já que o endividamento externo está bem definido e controlado pelas reservas em caixas e pelo aumento das exportações”.

**Abram Szajman** — presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo:

“A isenção para até cinco salários mínimos e a redução do Imposto de Renda para quem ganha até 10 salários mínimos representam benefícios aos consumidores e ao mercado, resultando no crescimento das vendas. O importante é a louvável preocupação quanto a uma melhor distribuição da carga tributária, implícita nas medidas anunciadas”.

**Murad Salomão Saad** — presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo e Homem de Vissão 85:

“O pacote econômico, não penalizando as pequenas e médias empresas, que constituem a grande maioria do comércio lojista, deve trazer os resultados que o Governo e a Nação esperam, desde que ele seja cumprido na íntegra, isto é, que o Governo dê a sua cota de sacrifícios, cortando despesas supérfluas, conforme declarações até mesmo do Presidente da República”.

**Guilherme Afif Domingos** — presidente da Associação Comercial de São Paulo e Homem de Vissão 85:

“Mudaram o papel e as fitinhas. O conteúdo é o mesmo. Um dos pontos críticos que determinaram o adiamento do anúncio do pacote foi o verdadeiro “passa-moleque” nos municípios representados pela tributação do IOF, um imposto que não é repartido entre Estados e municípios, mas desviado integralmente para o Governo Federal. O pacote deverá produzir Cr\$ 60 trilhões de receitas adicionais, o que equivale a um aumento de 20 por cento sobre a receita tributária do orçamento de 1986. Não há mágica capaz de fazer com que uma drenagem de recursos dessa magnitude seja indolor para a sociedade”.